



GFIP - SEFIP8.40 (04/06/2020)

DATA: 04/06/2020

HORA: 15:16:29

COMPROVANTE/PROTOCOLO DE CONFISSÃO DE NÃO RECOLHIMENTO DE VALORES DE FGTS - POR REMUNERAÇÃO

Prezado cliente SANTA FE SERVICOS EIRELI:05670079000181 - 05.670.079/0001-81

Seu arquivo Gd0ZY7kZY6q00005.SFP contendo registro de confissão de não recolhimento de valores ao FGTS - por remuneração, foi transmitido, via Conectividade Social, para a Caixa Econômica Federal, no dia 04/06/2020, às 15:19:25 h, para a base de processamento FGTS: BH, sob número C3E2D840D9D1D7F2404040404040D805677FBE745122

Este número é sua garantia do recebimento do arquivo na Caixa Econômica Federal, para posterior tratamento.

Nº ARQUIVO: Gd0ZY7kZY6q0000-5

Nº DE CONTROLE:NlyxFATTMg10000-8

EMPRESA: SANTA FE SERVICOS EIRELI

INSCRIÇÃO: 05.670.079/0001-81

ENDEREÇO: RUA ALVARENGA

BAIRRO: DOM BOSCO

CIDADE: BELO HORIZONTE

CEP: 30850-380 UF: MG

FONE: (0031)3504-7241

COMPETÊNCIA: 05/2020

DATA VALIDADE: 07/06/2020

COD REC: 150

FPAS: 515

SIMPLES: 1

TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO:

REMUNERAÇÃO FGTS	R\$	1.122.985,21
- FGTS 8%:	R\$	1.122.936,20
TAXA JAM 3%:	R\$	1.122.936,20
TAXA JAM 6%:	R\$	0,00
- FGTS 2%:	R\$	49,01

QUANTIDADE DE TRABALHADORES: 892

DECLARO DE ACORDO COM O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NESSE DOCUMENTO E NO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular."

DECLARO, AINDA, ESTAR CIENTE QUE A PRESENTE CONFISSÃO, POR REMUNERAÇÃO, QUANTO AO NÃO RECOLHIMENTO DOS VALORES DEVIDOS AO FGTS, NA FORMA DA LEI 8.036/1990, REGISTRADA NO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE, SE CONTITUI CRÉDITO PASSÍVEL DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DE OPORTUNO RECOLHIMENTO, E CONSEQÜENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 6.830/80.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL